

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO</b> .....	5
<b>APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO</b> .....	7
<b>1. ALIMENTOS: LOCALIZAÇÃO DO TEMA</b> .....	21
1.1. A vida, a liberdade e a obrigação alimentar .....	26
1.2. Conceito, abrangência e natureza da prestação.....	30
1.3. Variedade de elementos que compõem a prestação alimentar .....	32
1.3.1. Alimentos – víveres.....	33
1.3.2. Alimentos – moradia.....	34
1.3.2.1. Usucapião em favor do cônjuge ou companheiro que permanece no imóvel de propriedade de ambos.....	38
1.3.2.1.1. Abandono do lar.....	39
1.3.3. Alimentos – educação.....	40
1.3.3.1. Alimentos – educação: quanto e até quando? .....	42
1.3.4. Alimentos – saúde.....	45
1.3.4.1. A dependência do menor sob guarda ao plano de saúde do guardião.....	47
1.3.5. Alimentos – lazer .....	51
1.3.6. Alimentos – manutenção de animais de estimação, transporte, guia ou terapia (veterinário, alimenta- ção) .....	51
1.3.7. Alimentos – transporte .....	53

1.3.8.	Alimentos – vestuário.....	54
1.3.9.	Alimentos – despesas extras decorrentes do zelo com os filhos e dependentes .....	54
<b>2.</b>	<b>ALIMENTOS E A DEFESA DA VIDA.....</b>	<b>57</b>
2.1.	Dever de correção .....	59
2.2.	Comportamento de boa-fé e comportamento segundo a boa-fé.....	60
2.3.	Comportamento de má-fé do devedor e do credor de alimentos.....	65
2.4.	Direito à vida ( <i>sobrevivência digna</i> ).....	67
2.5.	Direito à liberdade.....	71
2.6.	Dever de sustento .....	74
2.7.	Os hipossuficientes.....	77
2.8.	Prisão civil: alternativas.....	80
2.9.	Prisão civil – dívida alimentar – Pacto de San José da Costa Rica.....	84
<b>3.</b>	<b>QUANTO À RAZÃO DE SER DA OBRIGAÇÃO .....</b>	<b>85</b>
3.1.	A lei.....	87
3.1.1.	Obrigações legais e parentesco .....	87
3.2.	O fato .....	90
3.3.	O ato ilícito .....	93
3.3.1.	Ilicitude civil e penal por descumprimento de dever de zelo e cuidado.....	93
3.3.2.	Ilicitude pela prática de crime.....	95
3.3.3.	Alimentos devidos em virtude de responsabilidade objetiva do Estado.....	99
3.4.	O negócio jurídico.....	105
3.5.	O vínculo de parentesco (sanguíneo, civil ou por outra origem).....	106
3.6.	O vínculo de casamento .....	107
3.7.	O vínculo decorrente de união estável .....	109
3.8.	O comando do testador .....	111

<b>4. A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E SUA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA.....</b>	<b>115</b>
4.1. Quanto à natureza (ou extensão): alimentos necessários (naturais) e convenientes (civis).....	117
4.2. Quanto à finalidade ou configuração: ordinários (regulares) ou provisionais; compensatórios.....	117
4.3. Quanto à época da prestação, ou à exigibilidade no tempo: provisórios, antecipados, definitivos, temporários, ou transitórios, cumulados, gravídicos, alimentos pretendidos por dependentes de ausentes, alimentos pretendidos em inventário, alimentos pretéritos e futuros.....	126
4.4. Quanto à qualidade do alimentante: alimentos prestados pelo obrigado originário, pelo sucessor, pelo civilmente designado, em solidariedade, pelo sucessor parente em grau seguinte.....	134
4.5. Quanto à origem: conjugais, legítimos, contratuais ou convencionais, testamentários e indenizatórios, recíprocos ....	137
4.6. Quanto à forma de concessão: alimentos judiciais e extrajudiciais.....	138
<b>5. O ALIMENTANDO .....</b>	<b>141</b>
5.1. Cônjuge alimentando .....	143
5.2. Companheiro alimentando .....	149
5.3. Parente sanguíneo em linha reta alimentando .....	154
5.4. Parente civil em linha reta.....	158
5.5. Parentes em linha reta por relação de afetividade.....	161
5.6. Filiação por reprodução assistida (heteróloga e homóloga)...	171
5.7. Titulares de direito por relações de cuidado (guarda, tutela, curatela e outras posições jurídicas familiares).....	174
5.8. Idade de filhos capazes, com 18, 21 ou 25 anos .....	177
5.9. Idosos sem recursos próprios e idosos com mais de 80 anos (natureza da obrigação).....	181
5.10. Alimentandos parentes colaterais (por vínculo sanguíneo, civil ou de outra origem).....	184
5.11. Alimentandos gerados, mas não nascidos e alimentandos ainda não gerados.....	184

5.12.	Credor de alimentos por responsabilidade civil .....	187
5.12.1.	Credor de alimentos por danos decorrentes de maus-tratos domésticos.....	191
5.13.	Credor de alimentos por inabilitação para o trabalho (CC 950) .....	194
5.14.	Terceiro beneficiário (de encargo ou de negócio jurídico em favor de terceiro).....	197
5.15.	Legatário de alimentos .....	197
5.16.	Parceiro de união homoafetiva .....	201
5.17.	Membros de entidade familiar .....	204
5.18.	Alimentando incapaz.....	205
5.19.	Alimentando concubino .....	206
5.20.	Alimentando que perdeu o provedor por culpa ou dolo de homicida .....	207
<b>6.</b>	<b>O ALIMENTANTE.....</b>	<b>209</b>
6.1.	Vínculo de parentesco: obrigação conjunta ou solidária (CC e Eld)? .....	211
6.2.	Prova do estado familiar, da proximidade do parentesco, da dependência e da possibilidade do alimentante .....	214
6.3.	Cônjuge/companheiro .....	218
6.4.	A ocorrência de situações de fato em que há núcleos mul- tifamiliares responsáveis pela vida, zelo e subsistência do alimentando .....	221
6.5.	Improviso na solução de problemas que decorrem de téc- nicas novas de reprodução.....	221
6.6.	O CNJ dá a pauta sobre juridicidade da união homoafe- tiva .....	224
6.7.	O CFM dispõe sobre a possibilidade de RA (reprodução assistida) em união homoafetiva.....	229
6.8.	Criopreservação de gametas ou embriões .....	230
6.8.1.	Registro civil e identidade individual.....	231
6.8.2.	Necessidade de discussão do tema no ambiente democrático adequado .....	232
6.9.	Devedor por responsabilidade civil.....	234

<b>7. A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....</b>	<b>235</b>
7.1. Obrigação alimentar.....	237
7.2. Variados momentos de cumprimento da prestação alimentar .....	237
7.3. Obrigação alimentar que se define por sentença com a cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . A atualidade da necessidade e da possibilidade.....	238
7.4. Obrigação alimentar que se define por sentença com prestações certas. Desdobramentos do cumprimento integral da obrigação alimentar .....	239
7.5. Prestações sucessivas mensais.....	241
7.6. Prestações que se impõem em momentos incertos .....	243
7.7. Prestação única .....	244
7.8. O transcurso do tempo e a qualidade do inadimplemento...	246
7.9. Inadimplemento absoluto e relativo .....	247
7.10. O direito de reembolso .....	252
7.11. A sucessão da obrigação de alimentar.....	258
7.12. Prestação alimentar que decorre de contrato gratuito .....	265
7.13. Prestação alimentar que decorre de testamento.....	266
7.14. Prestação solidária .....	267
<b>8. O CRÉDITO DE ALIMENTOS E SUAS CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>271</b>
8.1. Credor de alimentos: crédito preferencial.....	273
8.1.1. Honorários de profissional liberal .....	274
8.1.2. Percentual máximo de desconto: débitos de alimentos X débitos de prestações decorrentes do “crédito consignado” .....	278
8.2. Gestão de negócio e prescrição .....	278
8.3. O surgimento da necessidade alimentar.....	282
8.4. Direito a alimentos: personalíssimo, irrepitível, incommunicável, inalienável, impenhorável, imprescritível. Crédito privilegiado .....	282
8.4.1. Direito personalíssimo, mas sujeito ao direito de crescer .....	283
8.4.2. Irrepitibilidade da prestação alimentar .....	284

8.4.3.	Incomunicabilidade da prestação .....	286
8.4.4.	Inalienabilidade da prestação .....	286
8.4.5.	Impenhorabilidade da prestação e dos recursos que garantem alimentos.....	289
8.4.6.	Imprescritibilidade do direito. Prescritibilidade da prestação.....	298
8.4.7.	Alternatividade do crédito alimentar .....	301
8.4.8.	Irrenunciabilidade do direito a alimentos.....	304
8.4.9.	Mútuo feito a menor .....	307
8.4.10.	Crédito que não satisfeito pode gerar revogação de doação.....	307
<b>9.</b>	<b>ASPECTOS QUE SERVEM DE BASE PARA A CARACTERIZAÇÃO DO QUANTUM DA VERBA ALIMENTAR .....</b>	<b>309</b>
9.1.	O <i>quantum</i> da verba alimentar .....	311
9.2.	Recursos advindos do salário: são exclusivos ou compõem o patrimônio da comunhão parcial?.....	317
9.3.	Nascimento de novo filho: alteração da situação econômica do alimentante.....	322
9.4.	Filhos que permaneceram com a mãe. Pai, único provedor da família, que ostenta sinais de riqueza e paga como e quando quer .....	325
9.5.	Que bens compõem a renda que é base do valor dos ali- mentos.....	325
9.6.	Fundamentação de decisão que afasta a alegação de inca- pacidade financeira do devedor.....	327
<b>10.</b>	<b>COMPORTAMENTO DESLEAL DO ALIMENTANTE .....</b>	<b>333</b>
10.1.	Sanção pelo atraso.....	335
10.2.	Simulação e obrigação de prestar alimentos.....	337
10.3.	Meia-verdade de vínculos familiares.....	340
<b>11.</b>	<b>MECANISMOS PREVENTIVOS E COMPULSIVOS PARA O ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO FAMILIAR.....</b>	<b>343</b>
11.1.	Momento atual do direito de família .....	345
11.1.1.	A questão patrimonial da família.....	347

11.2.	O pacto antenupcial .....	349
11.3.	Previsibilidade do desfazimento do casamento: nulidade, separação, divórcio.....	355
11.3.1.	Pré-liquidação de danos .....	358
11.3.2.	Advento de filhos.....	359
11.3.3.	Previsão de alimentos .....	359
11.4.	O regime de bens .....	359
11.5.	O bem de família e a doação <i>propter nuptias</i> .....	360
11.6.	Reserva de aluguéis de prédios do alimentante .....	362
11.7.	Constituição de garantia real ou fidejussória e de usufruto (L 6.515/77 21) .....	363
11.8.	Uso, usufruto, renda, habitação, fideicomisso e superfície... ..	363
<b>12.</b>	<b>PENSÃO E ALIMENTOS: RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA .....</b>	<b>373</b>
12.1.	A responsabilidade pela declaração de dependência do pensionista .....	375
12.2.	Previsão de pensão igual para todos os dependentes.....	379
12.3.	A expressão do tema como elemento de interesse de direito tributário.....	384
12.4.	As várias dimensões do direito a alimentos .....	388
12.5.	Concubinato de longa duração gera direitos previdenciários – Rateio de pensão .....	391
12.6.	Pensão por morte.....	392
12.7.	Benefícios sociais .....	394
12.8.	Pensão por morte de filho, requerida pela mãe.....	398
12.9.	Prova: dependência, beneficiário, pensão previdenciária ....	402
<b>13.</b>	<b>TIPOS PENAIIS E ILÍCITOS CIVIS QUE PODEM DECORRER DO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR OU DETERMINAR A URGÊNCIA DE FIXAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTAR.....</b>	<b>419</b>
13.1.	A família e a Justiça Penal .....	421
13.2.	Abandono afetivo, maus-tratos e socorro pessoal .....	422
13.2.1.	Tendências jurisprudenciais .....	430

13.3. Abandono material .....	436
13.4. Abandono intelectual e moral .....	447
13.5. Bigamia .....	452
<b>14. IMPLICAÇÕES DO DEVER DE ZELO E CUIDADO QUE TAMBÉM TÊM EFEITO COLATERAL QUANTO AO DEVER DE ALIMENTOS .....</b>	<b>457</b>
14.1. Conceito ampliado de alimentos.....	459
14.2. Alimentos-saúde e o conflito religioso e cultural .....	460
14.3. Alimentos-educação e o conflito religioso e cultural .....	461
14.4. Alimentos-lazer e o conflito religioso e cultural.....	462
<b>15. PATRIMÔNIO QUE DÁ SUPORTE À PRESTAÇÃO ALIMENTAR .....</b>	<b>465</b>
15.1. Condições pessoais e patrimoniais do obrigado .....	467
15.2. Na ação de alimentos a urgência é a efetivação da ordem de cumprimento da prestação alimentar .....	469
15.3. O empregado sem vínculo trabalhista – profissional liberal ...	471
15.4. O adimplimento feito por meio do recebimento de alugueres e de outras rendas.....	473
15.5. O patrimônio do alimentante sócio de sociedades civis e empresariais .....	475
<b>16. DIREITO DE ALIMENTOS E PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>479</b>
16.1. Ações de estado.....	481
16.1.1. Ação de alimentos cumulada com investigação de paternidade/maternidade .....	483
16.2. A urgência do recebimento dos alimentos e o trâmite de ações de família.....	485
16.3. Pensão provisória durante o trâmite de divórcio ou de outras modalidades de término da sociedade conjugal .....	487
16.4. Pretensão externada depois da morte do alimentante.....	490
16.5. Pretensão de divórcio, ou separação ou extinção de união estável e destituição do poder familiar: duas ações cumuladas com pretensão de alimentos.....	492

16.6.	Ação de alimentos: prova e rito procedimental.....	495
16.7.	Ação ajuizada por dependência ou consequência de outra de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável .....	500
16.8.	Títulos executivos, execução e cumprimento de sentença ...	506
16.8.1.	Títulos executivos judiciais .....	508
16.8.2.	Títulos executivos extrajudiciais.....	512
16.9.	A sentença estrangeira com ordem de cumprimento de obrigação alimentar.....	522
16.10.	Alimentos e os recursos para os tribunais superiores.....	526
16.11.	Precatórios de alimentos: mecanismo a serviço do credor privilegiado .....	530
16.12.	Medidas coercitivas de qualidade especial.....	533
16.12.1.	Protesto de sentença ou da decisão interlocutória – obrigação (CPC 528 § 1º).....	533
16.12.2.	A desconsideração da personalidade jurídica e seu procedimento (CPC 133 a 137).....	534
<b>17.</b>	<b>PECULIARIDADES PROCESSUAIS DAS AÇÕES QUE VISAM A SATISFAÇÃO DE PRETENSÃO ALIMENTAR .....</b>	<b>537</b>
17.1.	O Ministério Público, a Defensoria Pública e a representação do alimentando .....	539
17.2.	Situações de fato que alteram o volume econômico da pretensão: guarda alternada, guarda compartilhada, pretensão de separação e destituição do poder familiar (conexão de ações ou pedidos cumulados).....	543
17.3.	Guarda alternada; guarda compartilhada e pensão .....	545
17.4.	Competência para a ação e execução de alimentos.....	548
17.5.	Prestações antigas.....	551
17.6.	Pretensão de oferta, exoneração ou redução dos alimentos...	554
<b>18.</b>	<b>LEGITIMIDADE DE PARTE: ÔNUS PROBATÓRIO .....</b>	<b>565</b>
18.1.	A dinâmica do ônus probatório da situação jurídica familiar.....	567
18.2.	A procriação, relação de ascendência e descendência: parentesco em linha reta (CC 1591) .....	573

18.3. O parentesco natural (sangue); civil (adoção) e por outra origem. Prova da outra origem .....	575
<b>19. LEGITIMIDADE DE PARTE DE QUEM NÃO É NASCIDO .....</b>	<b>579</b>
19.1. O nascituro.....	581
19.2. A reprodução assistida .....	586
19.3. Laços afetivos com a criança que se está gestando .....	588
19.4. Peculiaridades do registro civil.....	589
<b>20. RESTRIÇÕES CIVIS PELO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR .....</b>	<b>593</b>
20.1. Proibição de participar em licitações públicas .....	595
20.2. Restrição de crédito: mau pagador; maus antecedentes.....	595
20.3. Honorabilidade ilibada e perda e suspensão do poder familiar.....	598
<b>21. PATRIMÔNIO QUE DÁ SUPORTE À PRESTAÇÃO ALIMENTAR .....</b>	<b>601</b>
21.1. Condições pessoais e patrimoniais do obrigado .....	603
21.2. O alimentante em estado de falência ou em recuperação judicial .....	604
<b>22. PRISÃO CIVIL DE ALIMENTANTE .....</b>	<b>607</b>
22.1. Obrigação civil de alimentar e prisão civil por alimentos: procedimento da execução de alimentos e a ordem de prisão .....	609
22.2. Qual dívida justifica o encarceramento civil? .....	613
22.3. Afastado o decreto prisional, o débito pode ser cobrado? ....	620
22.4. A prisão obedece às regras do direito penal? .....	622
22.5. O encarceramento se dá em lugar especial?.....	626
22.6. Impossibilidade financeira. Matéria a ser analisada em HC? .....	628
22.7. Pagamento parcial e em tempo, modo e quantidade diversa daquela ordenada pelo juiz não é apto a afastar a regularidade do decreto prisional .....	630

22.7.1. Prisão e prestação alimentar parcialmente <i>in natura</i> .....	631
22.8. Devedor com patrimônio exclusivamente impenhorável...	633
<b>23. QUESTÕES SOBRE A FIXAÇÃO DE ALIMENTOS E SATISFAÇÃO DO CRÉDITO</b> .....	645
23.1. Alimentando que depende do patrimônio do ausente para satisfazer seu crédito.....	647
23.2. A sentença de alimentos faz coisa julgada? Pode ser revista? .....	648
23.3. O valor da prestação alimentar pode ser revisto?.....	650
23.4. Ônus probatório da possibilidade de prestar alimentos .....	655
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	659
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	669
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b> .....	699